

REFLEXÕES A PARTIR DO COLETIVO FEMINISTA GERCÍLIA KRAHÔ: TERRITORIALIZAÇÃO DAS ESTUDANTES INDÍGENAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

THOUGHTS ON THE FEMINIST COLLECTIVE GERCÍLIA KRAHÔ: INDIGENOUS STUDENTS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF TOCANTINS REGAINING TERRITORY

Walace Rodrigues 1
Kênia Gonçalves Costa 2
Marcela Pereira Lima 3
Keliane Morais Silva Santos Vale 4

Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins - UFT. 1
Doutor em Humanidades pela Universiteit Leiden (Países Baixos). E-mail:
walace@uft.edu.br

Doutora em em Geografia pela Universidade Federal de Goiás 2
- UFG. Docente do curso de Licenciatura em Geografia da Unidade
Acadêmica de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins - UFT e do
Programa de Pós – Graduação em Estudos de Cultura e Território, UFT,
Brasil. E-mail: keniacost@uft.edu.br

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de 3
Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins - UFT, Brasil. E-mail:
marcelalima@mail.uft.edu.br

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura 4
e Território, Universidade Federal do Tocantins - UFT, Brasil. E-mail: keliane_
vale@hotmail.com

Resumo: Este artigo evidencia as experiências e relações quando o indígena passa a ter contato no processo de educação formal nos níveis básico e superior em instituições públicas: como a necessidade de realizar os estudos por meio de uma segunda língua, a necessidade de reterritorialização e os problemas financeiros. Esse artigo se concentra em discutir a formação do Coletivo Feminista Gercília Krahô como proposta para a reterritorialização das mulheres indígenas, inclusive as estudantes, no ambiente acadêmico da Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus Araguaína. Buscamos refletir em um estudo de caso sobre a representatividade de Gercília Krahô e o surgimento do Coletivo enquanto espaço de fala feminista e indígena, bem como a contribuição para a construção de um ambiente igualitário e que dê valor à voz da mulher indígena dentro da universidade.

Palavras-chave: Mulher Indígena. Educação. Reterritorialização. Coletivo Feminista Gercília Krahô.

Abstract: This article highlights the experiences and the relationships when an indigenous person comes into contact with the process of formal education at the basic and higher levels of education within public institutions: such as the need to carry out studies through a second language, the need for regaining territory and financial problems. This paper focuses on discussing the formation of the Gercília Krahô Feminist Collective as a proposal for the regaining of territory of indigenous women, including students, within the academic spaces of the Federal University of Tocantins - UFT, Araguaína campus. We seek to reflect on the case of representativeness of Gercília Krahô and the emergence of the Collective as a space for feminist and indigenous speech, as well as the contribution of this group to the construction of an egalitarian place that gives value to the indigenous woman's voice within the university.

Keywords: Indigenous woman. Education. Regain of territory. Gercília Krahô Feminist Collective.

Introdução

Tem sido visto no Brasil de hoje o fortalecimento de uma organização das nações indígenas em defesa dos direitos conquistados, bem como o destaque das lideranças políticas, que, atualmente, não é necessariamente representativa de uma liderança tradicional. Bicalho (2010), em sua obra “Protagonismo Indígena no Brasil”, faz uma historiografia da atuação das lideranças indígenas desde a colonização, mostrando a luta dos povos indígenas em diversas guerras até a história recente do Movimento Indígena contemporâneo.

Tal resgate retrata a história desses povos, porém, através de tal representação, a mulher passa a conquistar um papel de liderança apenas mais recentemente. Desde a colonização, as mulheres indígenas sofreram massacres, agressões, violências sexuais e simbólicas. E, até hoje, continuam lutando por sua sobrevivência, contra muitos tipos de violências, inclusive o genocídio. Contudo, essas mulheres estão mais organizadas e acessando posições, ganhando respeito e buscando direitos em suas aldeias e fora delas, como educação formal nos níveis básico e superior em instituições públicas, como no caso das universidades federais.

A organização dos movimentos indígenas contribui para essa perspectiva da formação profissional no sentido de aperfeiçoar o protagonismo feminino em articulação com o mundo não indígena, segundo Bicalho (2010). Os próprios indígenas estão sentindo a necessidade de chegar à universidade e a maioria deles tem o intuito de voltar à aldeia e contribuir com os conhecimentos acadêmicos em prol de melhorias para seu povo.

Na última década observou-se um aumento significativo de indígenas nas universidades brasileiras. Parte desse aumento deve-se às políticas afirmativas que desencadearam na promulgação da Lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012), que reserva 50% das vagas disponíveis nas universidades e institutos federais para estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas e oriundos de famílias com baixa renda e autodeclarados preto, pardo e indígena.

Nessa direção, a Universidade Federal do Tocantins estabeleceu uma política pública para atender aos indígenas por meio da Resolução 3A/2004 (UFT, 2004), que fixa um percentual de 5% das vagas nos cursos de graduação da instituição para atender a essa parcela significativa da população do Estado do Tocantins. Essa ação, denominada de “cotas”, contudo, é um processo de reserva de vagas previsto num conjunto de ações afirmativas e que foi ponto de pauta dos movimentos sociais. Segundo Vaz (2012), o programa foi efetivado na instituição a partir de 2005.

A UFT, campus de Araguaína, tem hoje 61 alunos (35 homens e 26 mulheres) dos povos: Xerente, Karajá, Javaé, Karajá-Xambioá e Krahô-Kanela, em um universo de aproximadamente 14.118 indígenas no Estado, segundo Censo demográfico (IBGE, 2010). Desse total, 6.874 são mulheres.

Com o acesso “garantido” à Universidade, segue-se para um segundo passo: a permanência dessa indígena na UFT. Não obstante a existência de outras políticas, como bolsa permanência e monitoria, outros desafios são levados em consideração, haja vista que de nada adianta ter o ingresso se não se consegue ter a permanência.

Podemos citar como desafios para a permanência indígena na universidade as experiências e relações que incluem a necessidade de realizar os estudos por meio de uma segunda língua e a necessidade de reterritorialização, pois as relações sociais precisam se tecer na porção do laço social habitado majoritariamente por não indígenas, o que gera bastante isolamento – tanto dentro e fora da sala de aula – e, além disso, crescem-se os problemas financeiros.

No caso das mulheres indígenas, as diferenças, quando em contato ou no caso da vivência na cultura dos não-indígenas, tendem a se acentuar e, nesse sentido, podemos citar uma tripla condição que as colocam em situação de fragilidade: ser mulher, ser indígena e ser pobre.

Estabelecer uma relação de protagonismo torna-se imprescindível para essas mulheres lutarem por seus direitos. A vivência de uma mulher indígena, Gercília, da etnia Krahô, tem instigado outras mulheres a discutir o papel da mulher, do gênero. Gercília se localiza como representante não só do seu povo, mas da vasta gama de mulheres indígenas do Brasil. Inclusive, Gercília Krahô esteve na ONU para defender os direitos dos povos originários desse país e denunciar a omissão do governo brasileiro em demarcar e garantir as terras indígenas, conforme a notícia “O Brasil indígena se mobiliza” (CIMI, 2015).

Em debater o impacto da presença feminina indígena nas Universidades, acreditamos que o

meio acadêmico e sociedade em geral percebem e compreendem a significância e importância da indígena nesse meio, da necessidade de fazer com que a mulher indígena consiga se reterritorializar num ambiente que não é o seu ambiente “originário”.

Além do que foi dito, esse é um tema pouco debatido, com poucas publicações sobre o assunto e devemos nos aprofundar nessa temática. Neste artigo, trazemos a discussão da formação do Coletivo Feminista “Gercília Krahô” como proposta para a reterritorialização das mulheres indígenas, inclusive as estudantes, no ambiente acadêmico da UFT, campus Araguaína. Buscamos refletir em um estudo de caso sobre a representatividade de Gercília Krahô e o surgimento do Coletivo como importante espaço de fala feminista e indígena que o coletivo proporciona. Desta forma, indo ao encontro de uma contribuição para a construção de um ambiente igualitário e que dê valor às vozes das mulheres indígenas dentro da universidade que, na sua grande maioria, são silenciadas ou invisibilizadas, conforme notado em todo nosso processo histórico.

Identidades indígenas permeando a aldeia e a universidade

Verificamos que o indígena ainda é visto através de estereótipos, como a nudez, a pintura no corpo, os rituais de dança, entre outros. Trata-se de uma visão romaneada do indígena, típica dos personagens criados pelos romances de José de Alencar. Porém, com as mudanças trazidas pela globalização, essa imagem do “índio puro”, apresentada nos livros e estórias, tem se modificado, modernizando-se. Hall (1999) comenta que mesmo pessoas que vivem em aldeias pequenas, remotas, podem receber hoje as mensagens e imagens das culturas consumistas do Ocidente, por meio da TV, rádios, celulares, que as prendem à “aldeia global” das novas redes de comunicação.

Mesmo com a modernização chegando às aldeias, por meio de ações globalizantes – pela escola, igrejas, as políticas públicas, contato com as comunidades do entorno – não podemos dizer que os indígenas perderam sua cultura e identidade. Hall (2016) diz que a cultura é colocada como o local de criação e troca de significados dentro de um grupo ou sociedade, além de estar relacionada a sentimentos, conceitos, ideias e o senso de pertencimento. Ele complementa que para se ter noção de nossa própria identidade é preciso entender o sentido das coisas:

O sentido é o que nos permite cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e a quem “pertencemos” – e, assim, ele se relaciona a questões sobre como a cultura é usada para restringir ou manter a identidade dentro do grupo e sobre a diferença entre grupos (HALL, 2016, p. 21).

Hall (2016) nos ajuda na reflexão sobre identidade. Podemos pensá-la como uma “produção” que nunca se completa, que está sempre em processo e é sucessivamente constituída interna e não externamente à representação. Segundo Hall (2006), não podemos afirmar que temos uma “identidade”, mas que somos compostos por uma identificação, passível de mudança e transformação. O autor nos faz perceber que só temos noção de nossa própria identidade a partir do sentido das coisas, e que o sentido sofre contínua reelaboração de acordo com o período em que vivemos, as experiências que temos e pela interação social.

Respeitar as culturas e identidades indígenas dentro da universidade é um desafio, principalmente quando voltamos o olhar à mulher indígena, que já enfrenta obstáculos internos na aldeia para poder se dedicar aos estudos. Essas mulheres conhecem os desafios desde de muito cedo, pois a comunidade espera que elas se casem, sejam esposas, cuidem da casa e dos filhos e se pensar em seguir um rumo diferente, sofrem preconceito da própria comunidade.

Porém, essa realidade tem mudado um pouco e vagarosamente as mulheres indígenas vêm conquistando seus espaços dentro da aldeia. Atualmente essas mulheres conseguem se organizar não somente em sua aldeia, mas a nível nacional. Ângela Sacchi (2003) descreve em seu artigo intitulado “Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas”:

As mulheres indígenas, a partir da década de 1990, começam a criar suas próprias organizações ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas já estabelecidas na Amazônia Brasileira. Ao lado disso, encontros de mulheres

de diferentes etnias têm acontecido nos âmbitos nacional e internacional. O que elas buscam no momento atual é a reivindicação de direitos próprios de seu gênero e o fortalecimento de antigas lutas de seus povos, o que faz com que negociem com diferentes atores no contexto interétnico (SACCHI, 2003, p.95).

Portanto, esse recorte de gênero nos possibilita uma análise mais completa do que aqueles que vêm sendo feitos até o momento. Em relação a isto, Potiguara (2009, online) diz:

[...] o modelo de desenvolvimento social contempla muito mais aos homens do que às mulheres na sociedade. Trabalhar com estratégias para formação de gênero é desafiar as relações desiguais entre homens e mulheres. Na questão indígena não é diferente, tanto no campo de ação, na família ou não, como também no campo organizacional e institucional (POTIGUARA, 2009, s/p).

No seu saber, a indígena Gercília Krahô situa as questões de gênero a uma forma de anestesiamiento coletivo:

É muito complicado nós muié, tanto para vocês como a indígena. Que tem muié que apanha do homem, um horror de “trária” nas costas, aí apanha de dia e de noite tá se beijando [...], mas você num lembra que ele te bateu, que você tá com aquela dor. [...] nós, muié, nós tem uma dor esquecida, esquecida mesmo, porque se nós tivesse um jeito que a gente alegre, que a gente sofre daquela dor, acho que a gente não queria amor qualquer de homem, eu acho que não, mas nós somo umas muié muito nestesiadas, porque se num fosse, acho que nós num tava nessa situação não. [...] cada vez mais eu to vendo muié apanhando, cada vez mais eu escuto muié morta. [...] eu fico vendo os movimento de nós muié, eu acho que nós tem de se ajuntar, nós tem de fazer uma ideia segura, de dizer que nós somo mulher, nós somo muié mesmo e homem tem que respeitar (informação verbal) (KRAHÔ, 2017).

15

Podemos ver que se afirmar enquanto feminista é uma construção, e muitas mulheres, como as indígenas, não se denominam feministas, mas vivenciam isto. Temos exemplos de mulheres que já passaram pela UFT e que hoje voltaram à comunidade. O protagonismo delas é observado mais na área das licenciaturas. Elas enxergam e estão buscando seu lugar, discutindo temas relevantes, como a análise da indígena Maria do Socorro Cutiaru Dias Achurê Karajá, licenciada do curso de História da UFT em Araguaína, que discutiu no seu trabalho de conclusão de curso, intitulado “O papel da mulher na cultura Karajá-Xambioá” (ACHURÊ KARAJÁ, 2012), a função de cada gênero dentro da sua cultura. Ela identificou diferenças dentro da própria etnia, como para a mulher Karajá e a Karajá-Xambioá, onde valores culturais como submissão aos homens vem se transformando no decorrer do tempo, sendo que os homens tiveram que se adaptar ao novo processo dinâmico do papel da mulher nas sociedades indígenas.

Ela também ressalta um processo de revitalização da cultura, devido ao processo de invisibilidade que não se restringe apenas ao ambiente acadêmico, tema deste artigo. A exemplo da língua materna dos povos Karajá da Ilha do Bananal, Apinajé, Krahô, Xerente, que a mantiveram enquanto forma de resistência. Já para o Karajá-Xambioá a língua materna ficou como segunda língua, mas eles estão retomando-a num processo contínuo de rearticulação. Com isto, os jovens estão trazendo os seus marcadores para fora da aldeia, e, por isso, encontramos dentro da UFT alunos com as pinturas corporais, adornos. Eles estão em busca de reafirmação.

¹ Depoimento de Gercília Krahô, literalmente transcritos, em palestra no I Encontro de Formação Feminista do Coletivo Gercília Krahô (30/04/2017).

Mais um trabalho que discute o papel da mulher nesse povo foi o da acadêmica Ligiana Marruinaui Karajá²⁶, nomeado “As Mulheres Karajá-Xambioá: o mundo no seu território” (KARAJÁ, 2017). Mas outras mulheres/acadêmicas indígenas também desenvolveram seus trabalhos de conclusão de curso na UFT construindo saberes a partir de suas realidades. Foram elas: a) Selma Karajá, que desenvolveu sua pesquisa com o título “Educação Escolar Indígena Karajá-Xambioá: uma perspectiva bilíngue e intercultural” (KARAJÁ, 2015); e b) Letícia *Jòkàhkwjy* Krahô, que realizou a pesquisa intitulada “História e Cultura do Povo Krahô: Um estudo sobre sua cosmogonia por meio dos “mitos” de origem” (KRAHÔ, 2016).

As culturas indígenas levam a temas de pesquisas realizadas também por pesquisadores(as) não-indígenas. Citamos um trabalho que apresenta o protagonismo de uma liderança do povo Apinajé, realizado por Welitânia de Oliveira Rocha, licenciada em Ciências Sociais, do campus de Tocantinópolis, intitulado “A vida de *Nhiro*: etnobiografia de uma cacica Apinajé” (ROCHA, 2016).

A identidade destas mulheres/acadêmicas indígenas estão conduzindo novos conhecimentos/saberes sobre suas vivências, suas culturas e seus cotidianos (tanto no âmbito da aldeia como na universidade).

Territorialidades

Percebemos o quanto é importante o papel da universidade na vida dessas mulheres indígenas, pois elas precisam se apropriar do espaço acadêmico, precisam ter o sentimento de pertença, em face ao poder da universidade, que se apresenta no masculino, heteronormativo, ocidental e eurocêntrico.

A universidade deve refletir e propiciar uma reterritorialização para essas estudantes indígenas, ou seja, deve oferecer meios para que elas possam apropriar-se simbolicamente do espaço, pois, como esclarece Raffestin (1993, p. 153) sobre a noção de território: “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação”. Continua o autor:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144)

Ainda sobre tal conceito, o autor nos informa que a produção do território se dá pelas relações de poder, em um determinado espaço, através de malhas, nós e redes. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, apropria-se de um espaço (tanto física como simbolicamente). Por isso denominado um processo de construção social. O autor complementa que a territorialidade é um conjunto de relações mediatizadas que derivam do sistema sociedade-espaço-tempo e se associam à organização do espaço (RAFFESTIN, 1993).

Para apoiar e auxiliar na compreensão do conceito de território, trazemos uma importante contribuição de Saquet (2007) quando diz que o território é uma abordagem simbólica-cultural-histórica, multiescalar, na relação economia-política-cultura-natureza, dentro da relação territorialização-desterritorialização-reterritorialização, (i)material, relacional, ideário, uno e múltiplo. O autor, em sua análise teórica sobre tal conceito, discute a importância de abordar as dimensões econômica, política e cultural, sem deixar de lado a dimensão natural no processo de apropriação do espaço por meio das relações de poder, como se pode ver:

Por essa abordagem e concepção (i) material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como base física, é a natureza exterior ao homem. Assim merece atenção sem a pretensão, evidente, de

²⁶ Defendeu o trabalho de conclusão de curso em licenciatura plena de Geografia e concluindo sua graduação com colação de grau em novembro de 2017.

esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza (SAQUET, 2007, p.172).

Vemos que ao ingressarem na universidade, estas mulheres indígenas passam por um processo de desterritorialização e necessitam se reterritorializar. Segundo Haesbaert (2009), as relações existentes entre reterritorialização e desterritorialização são vistas como os dois lados da “moeda” da territorialização, exatamente pelo seu encadeamento ao longo de um horizonte temporal mais amplo. Assim, na medida em que ocorrem movimentos individuais e sociais de desterritorialização, a estes sucedem novos processos de reterritorialização. Com isso, o fenômeno vivido no mundo real é o da des-re-territorialização, uma vez que não é possível, nem individual, nem socialmente, ter-se a ausência de alguma forma de territorialidade.

Partindo deste pressuposto, Haesbaert (2009) traz a noção de multiterritorialidade. Conceituando-a como sendo uma resposta ao processo chamado de “desterritorialização”. Indo além do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propõe discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo novos territórios muito mais múltiplos, tornando mais complexa nossa multiterritorialidade. Dessa forma, a desterritorialização seria uma espécie de “mito” (HAESBAERT, 2009), onde não se reconhece o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Com base nessa análise, o autor afirma que, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”. (HAESBAERT, 2009). Portanto, levando em conta as concepções de território e de territórios múltiplos, podemos afirmar que sempre vivemos uma multiterritorialidade:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”. (HAESBAERT, 2009, p. 344).

O conceito de território para Raffestin (1993) é o conceito do “poder”, das relações de poder que para a mulher indígena também está construindo os seus territórios de poder nas suas vivências, tanto na comunidade, quanto na universidade. Já Saquet (2007) vem nos fazer refletir sobre a relação de sociedade-tempo-espço, como essas mulheres indígenas estão, também, na busca dessa relação para se apropriar desse território já posto e vivenciado muito na masculinidade. Haesbaert (2009) parece perceber essa noção de multiterritorialidades que essa mulher traz consigo. A interlocução entre estes autores nos permite entender essa identidade feminista que Gercília Krahô vem nos instigando a refletir sobre.

Esse movimento de transitar em outras territorialidades representa bem o percurso da vivência de Gercília Krahô. Ela, enquanto importante liderança do seu povo, mesmo com uma visibilidade internacional, não deixa sua identidade indígena. Essa mulher tem seu lugar na comunidade, como mãe, mulher, esposa, como membro da comunidade, participando da vida do seu povo, mas em outras territorialidades ela se constitui como liderança, não só do seu povo, mas como protagonista que inspira outras mulheres a se articularem e a se unirem no coletivo que mencionamos anteriormente. Assim, ela ocupa várias territorialidades, que espacialmente podem se sobrepor ou não, por isto, são territorialidades.

É necessário conhecer melhor os pensamentos de Gercília Krahô. Apesar de ser uma “importante voz” indígena, ela não se considera que seja a pessoa adequada para retratar as demandas da comunidade:

Quase no mundo todo que eu já fui, já me mandaram eu para Santarém- Pará, me mandar eu Cuiabá, mandô eu para São Paulo, mandô eu para esse cidade Suíça, num sei para onde é que fica, mas eu fui [...] Eu não sei ler, eu não sei escrever, não sei entender nada disto, só mesmo conversando. Que vantagem este povo ta tendo ne mim? Tem gente estudada na aldeia, tá tendo professora, tá sendo enfermeira, ele não pergunta essas pessoas e fica mandando é eu. E quando eu chegar lá nessa cidade grande como é que eu vou explicar. Que tem muitas coisas que nossa conversa é diferente, é muito diferente. Mas outro, é professor de vocês aqui, que ela já falou assim para mim: “Gercília, não adianta você falar para mim que você é analfabeta. Uai, eu falo porque eu não sei nada”. Eu só falo português porque meu pai criou eu junto com branco numa fazenda, que foi uma fazenda para três comunidades, e a Funai deu o gado para ele poder vaquear. E aí, eles trouxe um branco, botou também para ensinar como é que aplica injeção nos gados, como é que labuta; com aquilo, o branco foi produzindo, meu pai também. Aí, nós começava a brincar, conversar. No fim, eu como indígena, eu não tinha mais a minha fala, eu só já queria conversar só português. Aí, quando próprios meus parentes chegavam, eu já falava que eu não era índia, eu já era branca (informação verbal) (KRAHÔ, 2017).

Em visita ao grupo de mulheres participantes do Coletivo, Gercília expõe suas expectativas a respeito da formação do Coletivo:

Você largou própria sua cultura e vim pegar a minha cultura e fica falando na minha frente, para mim ver, para mim ficar calado, eu não fico calado não. Se for para poder você obedecer a minha cultura, fica tranquilo, e se você não quiser ó, pode ir embora, que não tem nada a ver com você mais não, porque eu não tô oferecendo [...] (informação verbal) (KRAHÔ, 2017).

Percebemos que na UFT ainda são presenciadas atitudes de discriminação e preconceito por parte do meio acadêmico em relação aos indígenas. Acreditamos que no espaço da universidade deveria ser construído um ambiente igualitário e que desse valor às vozes indígenas. Assim, a idealização do coletivo vem ao encontro de promover debates acerca das políticas públicas e uma visão humanista no âmbito do campus de Araguaína, da Universidade Federal do Tocantins. Ainda, a UFT traz em seu planejamento estratégico 2014-2022 a missão de “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimentos com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.” (UFT, 2014, s/p) Destacamos aqui um dos valores contidos no planejamento estratégico: “Respeito à vida e à diversidade” (UFT, 2014, s/p).

O fortalecimento do Coletivo Feminista Gercília Krahô, que foi idealizado para compor um grupo heterogêneo de mulheres para compartilhar experiências e memórias trazidas/vividas pelas mulheres não indígenas e indígenas no âmbito acadêmico pode contribuir para que a universidade, e todas as pessoas envolvidas, percebam e compreendam a significância e importância da mulher indígena nesse meio. Pois há uma necessidade de fazer com que a mulher indígena se aproprie do espaço acadêmico para que consiga se reterritorializar. Só se consegue se aproximar da realidade e até mesmo compreender os desafios de ser mulher indígena dentro da universidade a partir do momento em que nos colocamos a escutar seus problemas vivenciados no dia-a-dia.

Portanto, dar “lugar de fala” às mulheres indígenas que, na sua grande maioria, são silenciadas ou invisibilizadas é dar voz a uma protagonista da história. Nesse caso, é ir além de dados estatísticos ou oficiais, é buscar na história de cada mulher indígena o valor da voz feminina existente no território da universidade.

Considerações finais

Esse artigo buscou mostrar algumas impressões sobre a formação do Coletivo Feminista Gercília Krahô, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Vale, ainda, ressaltar que nossas reflexões são disseminadas junto com o próprio surgimento do coletivo, que teve o início de um trabalho recente e ainda não atingiu o público das estudantes e mulheres indígenas que vivenciam a referida instituição.

Verificamos que levantar as bandeiras do feminismo dentro do espaço da universidade ainda requer um processo histórico de afirmação das mulheres, sejam elas indígenas ou não.

Não obstante, Gercília Krahô, que não se intitula feminista, inspirou tal coletivo de mulheres a pensar, a partir do ponto de vista do feminismo, as suas atuações. As participantes do coletivo estão se espelhando em uma mulher que, não necessariamente, se intitula feminista, mas tem atitudes e ações feministas em prol das mulheres indígenas, proporcionando a todas se reconhecerem e se identificarem enquanto mulheres atuantes no espaço acadêmico, tanto as indígenas quanto as não indígenas, e é isso que o coletivo vem proporcionando, essa leitura em como ser mulher nesse contexto acadêmico e não acadêmico.

Concluindo, as várias perspectivas subjetivas em relação aos territórios universitários servem de espaço de discussão sobre o papel das mulheres indígenas e não indígenas na busca por voz e “poder” dentro dos ambientes institucionalizados de saber.

Referências

ACHURE KARAJÁ, Maria do Socorro Cutiaru Dias. **O papel da mulher na cultura Karajá-Xambioá**. Araguaína – TO. UFT: Araguaína/História. Trabalho de Conclusão de Curso. 2012

BRASIL. **Lei 12.711**. D.O.U. de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em 04/04/2017.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. 2010. 468f. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6959/1/2010_PolienesSoaresdosSantosBicalho.pdf>. Acesso em 15/10/2017.

CIMI. CONSELHO INDIGINISTA MISSIONÁRIO. **O Brasil indígena se mobiliza**, 08/12/2015. Disponível em <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8519&action=read>. Acesso em 15/10/2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

KARAJÁ, Ligiana Maruinaui. **As Mulheres Karajá-Xambioá: o mundo no seu território**. UFT: Araguaína/Geografia. Trabalho de Conclusão de Curso. 2017

KARAJÁ, Selma. **Educação Escolar Indígena Karajá-Xambioá: uma perspectiva bilíngue e intercultural**. UFT: Araguaína/Letras. Trabalho de Conclusão de Curso. 2015

KRAHÔ, Gercília. **Palestra no I Encontro de Formação Feminista do Coletivo Gercília Krahô** (30/04/2017).

KRAHÔ, Letícia Jôkàhkwyj. **História e Cultura do Povo Krahô: Um estudo sobre sua cosmogonia por**

meio dos “mitos” de origem. UFT: Araguaína/História. Trabalho de Conclusão de Curso. 2016

POTIGUARA, E. Desenvolvimento Indígena sob perspectiva de gênero. In: **Overmundo**, Rio de Janeiro, 29/6/2009. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/desenvolvimento-indigena-sob-perspectiva-de-genero>>. Acesso em: 08/04/2017

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Welitânia de Oliveira. **A vida de Nhiro**: etnobiografia de uma cacica Apinajé. UFT: Tocantinópolis/ Ciências Sociais. Trabalho de Conclusão de Curso. 2016

SACCHI, A. **Mulheres indígenas e participação política**: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. In. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 7, vol. 14, n. 1 e 2, p. 95-110, 2003

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p.71-99. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf. Acesso em: 09/04/2017.

UFT. UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução Consepe nº 3A**, de 2004. Aprova a implantação do sistema de cotas para estudantes indígenas no vestibular da universidade Federal do Tocantins – UFT. Palmas, 2004. Disponível em: <[file:///C:/Users/UFT/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%B0_3A_-_Cotas_para_ind%C3%ADgenas_\(alterada_pela_resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA10-2011_do_Consepe\).pdf](file:///C:/Users/UFT/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%B0_3A_-_Cotas_para_ind%C3%ADgenas_(alterada_pela_resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA10-2011_do_Consepe).pdf)>. Acesso em: 05/04/2017

_____. **Resolução n.º 27**, de 24 de setembro de 2014. Dispõe sobre o Planejamento Estratégico 2014-2022 da Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <<http://download.uft.edu.br/?d=9a2c6a62-0fdf-4e2e-8f90-5b230a825674;1.0:27-2014%20-%20Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20da%20UFT.pdf>>. Acesso em 05/04/2017

VAZ, Leandro Farias. **Uma geografia das ações afirmativas no ensino superior**. As cotas étnico-raciais na UEG e UFG. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, 2012.

Recebido em 20 de janeiro de 2018.

Aceito em 23 de março de 2018.